

SUOR, ARRANHÕES E DIAMANTES: AS CONTRADIÇÕES DOS RISCOS NA MODERNIDADE REFLEXIVA

SWEAT, SCRAPES AND DIAMONDS: THE CONTRADICTIONS OF RISK IN REFLEXIVE MODERNITY

Mary Jane Paris Spink

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; mjspink@pucsp.br

Resumo

Palavras-chave

Risco
Aventura
Sociedade de Risco
Repertórios Linguísticos

Tomando como disparador uma corrida de aventura, discuto, neste ensaio, a centralidade do risco na sociedade contemporânea. Com esse intuito, traço a emergência do risco como repertório linguístico usado para dar sentido aos eventos da vida cotidiana; sua relevância na estruturação da gestão de riscos como estratégia de governo de populações e suas transformações no contexto da 'sociedade de risco'. Nessa viagem etimológica e histórica, risco é tanto uma nova figura desenhada no âmbito de uma configuração social específica — a modernidade reflexiva — como uma janela para o passado. É no jogo entre permanências culturais e inovações tecnológicas que se torna possível entender a emergência de formas contemporâneas de risco-aventura que propiciam modos de ser aventureiros que, cada vez mais munidos de técnica e know-how para fazer frente aos obstáculos inevitáveis da aventura, não precisam apoiar-se nos sentidos metafóricos da fatalidade, fortuna ou mesmo da sorte.

Abstract

Keywords

Risk
Adventure
Risk Society
Linguistic Repertoires

This paper takes adventure racing as a starting point from which to discuss the centrality of risk in contemporary society. It goes on to trace the emergence of risk as a linguistic repertoire for providing meaning in everyday life, its relevance for the structuration of risk management as a strategy for the government of populations and its various transformations in the context of 'risk society'. In this etymological and historical journey, risk is both a new figure resulting from specific social configuration — reflexive modernity — and a window to the past. It is in this confrontation between cultural permanence and technological innovation that it becomes possible to understand the emergence of contemporary types of risk-adventure that foster modes of adventure that are increasingly equipped with technique and know-how to face the inevitable obstacles of adventure; without needing to refer to metaphors of fatality, fortune or even luck.

Spink, Mary Jane Paris (2019). Suor, arranhões e diamantes: as contradições dos riscos na modernidade reflexiva. *Athenea Digital*, 19(1), e2501. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2501>

Fecha de publicación: 27-02-2019

Diamantes na orelha, ouro em seus dedos, brilho cuidadosamente aplicado nos lábios, cabelos loiros bem cortados. Pequena, bonita — muito bonita. Apenas os cortes aparentes em suas pernas envoltas por lycra e a força surpreendente quando apertamos sua mão não parecem corresponder a sua refinada imagem 'yuppie'. Só então olhamos mais cuidadosamente. Há, em seus cabelos, traços de sal advindos das ondas do Mar do Coral com as quais ela acaba de batalhar. Um ramo verde de vegetação está emaranhado nos cadarços de seus sapatos, colhido enquanto corria através das florestas tropicais a cavalo e 'mountain bike'. Uma contusão em seu braço direito

marca o local onde uma corredeira classe IV a jogou contra uma pedra. Suas mãos estão escoriadas pela escalada de 300 pés, o 'rapel' de 200 pés e a travessia mão-sobre-mão de um rio infestado por crocodilos. E, sob tudo isto, transparece a leve base ocre do solo do sertão australiano.

É assim que Tom Mueller (1998. pp. 72-73) nos apresenta Louise Cooper Lovelace, competidora da Eco-Challenge promovida pelo Canal Discovery em 1997. Mueller, na reportagem feita para a revista *Hemispheres*, da United Airlines, faz um relato comovente das peripécias dos times que atravessaram 334 milhas de território australiano. Nessa ocasião, quarta competição na modalidade Eco-Challenge, 48 times de quatro pessoas, provenientes de quinze diferentes países, enfrentaram sem pausas as condições inóspitas do sertão, florestas tropicais e da grande barreira de corais da Austrália. Foram 500 quilômetros de ousadia, percorridos num período que durou de seis a dez dias, 24 horas por dia. Vinte e nove times chegaram ao fim da prova.

A Eco-Challenge é uma dentre várias competições existentes na modalidade de *Adventure Racing* que teve início no final dos anos oitenta. São todas elas, talvez, herdeiras do espírito de aventura que pontuou as atividades do *Outward Bound*, pautado pela íntima relação que se estabelece entre pessoa e natureza e pela cooperação entre os membros do time. Diferem, entretanto, por instituírem-se como competição, com prêmio por desempenho e, conseqüentemente, alto investimento em treinamento e equipamento¹. Em seu conjunto, diferem também de outras modalidades de neo-aventuras, como as denomina David Le Breton (1996), pela ênfase na técnica e resistência corporal. As estrelas dessas complexas peças são as pessoas e não os equipamentos: barcos — como na Whitbread — ou veículos motorizados — como no Paris-Dakar.

A primeira competição nessa nova modalidade teria sido o *Raid Gauloise*, concebido por um jornalista francês, Gérard Fusil². Já o *Eco-Challenge Lifestyles Inc.*, fundado por Mark Burnett em 1992, como sugere o nome, inova por associar aventura com ecologia. Trata-se, como seu antecessor, de uma competição de resistência que envolve múltiplas modalidades de esporte: montaria a cavalo, canoagem, escalada, rapel, mountain bike e longas caminhadas. Tem como ingredientes principais o trabalho em equipe, a resistência, o espírito de aventura e a paixão, mesclados com a consciência ecológica manifesta não só no respeito absoluto à natureza (*pack it in, pack it out, no camp fires, camp and travel only where permitted* é o lema dos

¹ Segundo informações obtidas no site do *Adventure Racing*, na Internet, trata-se de um esporte bastante caro. Considerando o equipamento básico (entre US\$ 5.000 e 10.000), as taxas de inscrições (entre US\$200 e 15.000), custos com viagem, alojamento e alimentação, calcula-se um investimento total de US\$50.000 a 75.000 para cada equipe.

² O primeiro *Raid Gauloise* foi realizado na Nova Zelândia em 1989.

aventureiros ecologistas), como também na ação ambiental efetiva apoiando iniciativas locais.

Munidos de equipamentos obrigatórios para cada modalidade de esporte, de algumas regras de segurança e de muitas regras concernentes ao que levaria à desqualificação da equipe, os competidores partem para a aventura. A descrição que Mueller faz da lenta progressão pelos 31 pontos de checagem enfatiza os ingredientes básicos desse tipo de aventura. Antes de mais nada, o espírito de equipe. O apoio mútuo é condição básica para a sobrevivência, mas é, também, um aspecto central da filosofia de base dessa modalidade de esporte: se um membro da equipe desiste, toda a equipe é desqualificada; se a equipe se desfaz, não recebe qualificação (ranking); a recusa de prestar ajuda a alguém que esteja em perigo, mesmo se de outra equipe, resulta em expulsão e conseqüente desqualificação do resto da equipe. O espírito de equipe manifesta-se também na habilidade de tomar decisões de forma democrática; uma espécie de liderança às avessas que faz com que justamente as equipes de militares, provenientes de tropas de elite, tenham péssimo desempenho.

O **espírito de aventura** é outro ingrediente fundamental. Mueller assim o reconhece:

Obviamente este evento não se limita apenas a chegar primeiro, ou até mesmo conseguir acabar a prova. Atinge o cerne da motivação humana, uma força convencionalmente atribuída a partes específicas da anatomia — coração, vísceras, coluna —, mas na verdade muito mais difícil de ser localizada com precisão. Suscita algumas questões interessantes. 'Seria esta uma corrida contra os outros ou contra mim mesmo?' 'O que significa 'ganhar'?' (pp. 77-78)

Referindo-se a Keith Murray, membro da equipe vencedora, diz:

O que ele vê na Eco-Challenge é um vasto mundo de beleza incrível permeada de perigos ocultos, uma escolha ilimitada de caminhos e soluções, um alvo que parece ser claro e torna-se vago à medida que procedemos mas que é entretanto passível de ser atingido por um grupo coeso de pessoas que trabalham conjuntamente e dependem umas das outras. (p. 79)

É o ordálio ressignificado na modernidade reflexiva, incorporando pelo menos três das quatro figuras ordálicas propostas por David Le Breton (1996). Incorpora, sem dúvida, uma medida de **vertigem**, na busca da exaltação dos sentidos. Nora Tobin, por exemplo, exulta ao acabar a escalada de 300 pés por debaixo de uma exuberante cachoeira. "Ela sobe (scrambles) ao topo, desfaz o clip de segurança e faz uma pequena dança. 'Waaaa-hooo!' exulta ela, rabo-de-cavalo balançando.(...) 'Foi fabuloso - que

vista! (...) E a espuma foi realmente refrescante. Você deveria tentar” (p. 76), disse ela ao repórter que a entrevistava. Mas trata-se também, e talvez sobretudo, do **desafio**. Como aponta Le Breton, não é apenas a competição que está em pauta, mas a determinação de não ceder diante das dificuldades e dos desafios. Mark Burnett, fundador do Eco-Challenge, descreve a prova como um treinamento de aperfeiçoamento de vida (*life improvement training*). Associa-a, assim, às atividades formadoras de caráter: aprender a reconhecer os limites para poder superá-los e fazer isso num clima de cooperação: só, ninguém sobrevive às agruras da natureza. **Sobrevivência** é, pois, a última das figuras ordálicas implicadas nessa competição. Sobreviver, na filosofia dos neo-aventureiros, não é dominar, mas fundir com a natureza. Emana daí a mescla de aventura e consciência ecológica que a Eco-Challenge visa promover.

Na proposta de Le Breton, o ordálio seria a busca do risco à sombra da morte. Modernamente, entretanto, o ordálio deixa de ser uma indagação sobre a morte ou uma indagação sobre a existência, passando a ser uma busca de significado em que o indivíduo se subordina ao risco da morte, mas com uma boa chance de sair daí vivo. Os riscos na Eco-Challenge realizada em Queensland, Austrália, em 1997 eram de fato formidáveis. Além dos riscos inerentes ao enfrentamento dos desafios postulados por corredeiras, florestas inóspitas, bancos de corais, ondas imensas, a Austrália oferece uma fauna e uma flora que surpreendem pelo perigo: lá vivem onze das doze espécies de cobra mais venenosas, aranhas voadoras mortíferas³, iguanas ferozes, sanguessugas que são atraídos pelo calor do corpo mesmo estando a 100 jardas de distância, carrapatos que causam paralisia e daí por diante. A Austrália é conhecida pela singular periculosidade de sua fauna. Basta pensar nos crocodilos. Vejamos o que Mueller tem a dizer sobre eles:

E há então o perigo real: *crocodilus porosus*, o crocodilo de estuário ou de águas salgadas — ou 'salties', como os australianos expressivamente os nomeiam. O herpetólogo Steve Irwin recita a litania aterrorizante para uma audiência silenciada (*hushed*) de imprensa e competidores. Os 'salties' podem ter até 30 pés e pesar uma tonelada, e, no entanto, conseguem esconder-se numa poça de água do tamanho de um bebedouro de pássaros. Eles saltam no ar a uma altura de seis pés, seguram a respiração por até 90 minutos, dão o bote como uma serpente, e mordem com duas toneladas de pressão por polegada quadrada. Eles comem sapos, peixes, dingos, porcos selvagens, iguanas gigantes, casuares e seres humanos. Aperfeiçoaram seus truques durante 200 milhões de anos. (p. 75)

³ Por exemplo, as aranhas *killer funnel-web* e *red-back*

O que fazer então face a face com um destes bichos? Sem chance, responde o especialista. Mas há um lado positivo: 'O lado favorável', conclui ele, 'é que você jamais saberá o que te comeu' (p. 75).

Curiosamente, nem o risco, nem a morte, embora onipresentes, permeiam as práticas discursivas dos interlocutores de Mueller. Talvez porque aos riscos e à morte contrapõe-se o rígido esquema de treinamento e de regras de segurança. A publicidade relativa à Eco-Challenge deixa claro que a submissão de inscrição deve vir acompanhada de comprovação de experiência nas modalidades esportivas incluídas na competição. Os competidores são submetidos a uma dupla avaliação: na seleção por ocasião da inscrição e nos três dias que antecedem a prova. Não que eles sejam atletas excepcionais. Ao contrário, descrevem-se como pessoas normais, como profissionais competentes em suas áreas de origem: policiais, parteiras, dentistas, economistas, arquitetos, por exemplo. Não são necessariamente jovens como nas provas olímpicas. Louise, a interlocutora de nossa introdução, tinha 43 anos por ocasião dessa competição. Mas são necessariamente atletas experientes, com vasto currículo de competições semelhantes.

Munem-se, também, de equipamentos de segurança cuidadosamente definidos pelos organizadores e há sempre a possibilidade de dar um basta se o perigo se tornar insuperável. Há um rádio de segurança e aviões e helicópteros de prontidão para atender aos chamados de socorro. Embora muitas equipes desistam⁴, não encontramos menção a mortes e acidentes graves no artigo de Mueller ou nas navegações que fizemos na Internet sobre a Eco-Challenge e outras competições de aventura. A eficiência do resgate fica óbvia no relato de Mueller sobre a equipe da Marinha norte-americana que foi resgatada do Mar de Coral durante a Eco-Challenge australiana. Diz Mueller:

Eles amarraram seus caiaques de modo a formar uma jangada; dois membros da equipe caíram ao mar e estão segurando a amurada. Ondas espumantes jogam-nos como toras à deriva. O vento transforma as gotas de chuva em balas líquidas. As pessoas que estão na água começam a perder a sensibilidade nas mãos. A jangada começa a afundar. Os homens que ainda estão a bordo quebram o selo em seu rádio de emergência e chamam o helicóptero de resgate. (p. 78)

Desta forma, embora os riscos estejam sempre presentes, não são os repertórios do risco que permeiam suas falas. Fizemos uma análise dos repertórios utilizados por Mueller para descrever as ações ou deixar falar seus interlocutores. A palavra risco não aparece; também a palavra morte, ou mesmo acidente, não são utilizadas. Fala-se

⁴ Na Eco-Challenge realizada em Queensland, Austrália, em 1997, apenas 29 das 48 equipes terminaram a prova.

de perigo (*danger*), obstáculos (*hazard*), encrenca (*trouble*) e pesadelo (*nightmare*). Fala-se em jogo (*Estamos seguindo nosso próprio plano de jogo, jogando as cartas que carteamos*, diz um dos competidores). Fala-se, sobretudo, utilizando o jargão da aventura e aos perigos e dificuldades contrapõe-se o 'barato' da adrenalina expresso em entusiasmo e alegria. Mueller, descrevendo o décimo primeiro posto de checagem, relata:

Agora podemos distinguir as equipes bem-sucedidas das mal-sucedidas observando quem está se divertindo. Um dia atrás talvez fosse possível dissimular, mas não mais. A maioria dos times bem-sucedidos dorme menos de três horas por noite durante todo o evento ~ alguns a metade disso ~ e o peso crescente da exaustão física e da privação de sono transforma seus lábios em espelhos do coração. Você sorri se está se divertindo e franze o cenho se não está se divertindo. (p. 77)

Risco como repertório linguístico

A ausência do vocabulário do risco no cenário da aventura não deveria surpreender visto que risco é um termo bastante recente. Trata-se de uma noção essencialmente moderna que implica a reorientação das relações das pessoas com os eventos futuros. Não é que não houvesse experiência de perigo antes da época moderna; a novidade é a resignificação desses perigos numa perspectiva de 'domesticação do futuro'. Como conceito moderno e como sentido nuclear da nova atitude de colonização do futuro, o conceito de risco emerge em oposição ao de fatalidade e destino, como pontua oportunamente Peter Bernstein (1997):

A idéia revolucionária que define a fronteira entre os tempos modernos e o passado é o domínio do risco: a noção de que o futuro é mais que um capricho dos deuses e de que homens e mulheres não são passivos diante da natureza. Até os seres humanos descobrirem como transpor essa fronteira, o futuro era um espelho do passado ou o domínio obscuro de oráculos e adivinhos que detinham o monopólio sobre o conhecimento de eventos previstos. (p. 1)

Mas não apenas a noção é nova: a palavra risco tem seu primeiro registro no século XIV. Inexistia em grego, em árabe e no latim clássico. Tem registro em espanhol desde o século XIV, mas ainda sem a clara conotação de 'perigo que se corre'. É no século XVI que adquire seu significado moderno. E apenas em meados do século XVII tem registro nos léxicos da língua inglesa. Etimologicamente, suscita mais hipóteses do que certezas. A mais plausível é que risco seria um derivativo de *resecare*,

ou seja, cortar. A palavra parece ter sido usada para descrever penhascos submersos que cortavam os navios, emergindo daí seu uso moderno de risco como possibilidade – mas não como evidência imediata. Essa hipótese permite, ainda, entender o uso muito singular de risco em português, para referir-se a uma linha traçada – quiçá uma linha proveniente de um corte de navalha.

Dessa forma, a palavra risco entra em uso corrente a partir de uma útil associação com a vida marítima, em um período da história europeia em que a navegação constituía a base de uma atividade comercial fundamental. Sua associação com o perigo e com a incerteza de obstáculos nem sempre bem definidos tornava-a particularmente apta a expressar a cosmovisão emergente que possibilitaria pensar o futuro como passível de controle. Essa vocação para significar a estranha mistura de perigo com controle fica mais evidente quando a palavra risco é analisada no contexto dos demais termos disponíveis no século XVI para falar sobre o futuro (v. tabela 1).

A ambigüidade inaugural do conceito de risco — associando o possível e o provável, a positividade e a negatividade — foi particularmente favorável à introdução de novos significados quando passou a ter uso corrente na língua inglesa no século XVII. Permitiu, sobretudo, a síntese entre a fortuna, a sorte e a chance, palavras estas que já incorporavam o sentido de incerteza de resultados que poderiam vir a ser favoráveis ou desfavoráveis. Embora gerado no turbilhão próprio de períodos de emergência de novas cosmovisões, o vocabulário do risco herdou assim os sentidos de outras palavras então disponíveis para significar as relações complexas das pessoas com seus destinos.

Embora em franca oposição à *fatalidade*, esta permanece como repertório disponível para dar sentido à imprevisibilidade do futuro. À medida que a confiança na capacidade de gerenciar os riscos começa a esvanecer em face da complexidade dos riscos da sociedade globalizada, a fatalidade hoje assume novos contornos, especialmente no contexto dos riscos corporificados decorrentes das novas tecnologias.

Já a *fortuna*, implicada com a distribuição casual de sorte — boa ou má —, talvez tenha suprido a ponte necessária para a transição de uma cosmovisão presa à fatalidade para uma outra, pautada pela chance e pelo risco. Esta é a hipótese formulada por Anthony Giddens (1991):

Um importante ponto de conexão entre idéias preexistentes de destino e aquelas do período pós-medieval foi o conceito de fortuna, que deriva originalmente do nome da deusa romana da 'fortuna' e entra em tensão incômoda com as crenças cristãs dominantes. A idéia de Providência Divina

era claramente uma versão de destino, mas, como aponta Max Weber, o Cristianismo introduz um papel mais dinâmico para os humanos nessa terra do que era característico nas religiões tradicionais da Grécia e de Roma. A deusa era mal vista pela Igreja, já que a noção de 'fortuna' implicava que se podia obter graça sem ter de trabalhar como instrumento de Deus no mundo. Porém a idéia de fortuna reteve sua importância e muitas vezes teve mais peso como um aspecto das crenças locais do que a recompensa da providência na vida após a morte. (p. 110)

Contudo, a noção de fortuna ainda ancora o futuro na vontade dos deuses. Em contraste, *sorte*, *chance* e *hazard*, noções advindas dos jogos de azar, fornecem o cenário da incerteza que se abre à predição. Não é mera coincidência, portanto, que os jogos de azar tenham sido o contexto propício para o desenvolvimento da teoria da probabilidade.

A ancoragem do sentido do risco em *hazard* permite entender, também, a progressiva negatividade do risco à medida que este migra de noção-chave da teoria da probabilidade para a disciplinarização do corpo social, num primeiro momento, e para a rede de significados própria ao que Ulrich Beck (1993) chama de 'sociedade de risco'. Lembramos, aqui, que para Beck a questão central da sociedade de risco, como veremos mais tarde, é a distribuição dos males, em oposição à lógica predominante da sociedade industrial de distribuição dos bens.

Finalmente, como *perigo*, o termo risco passa a incorporar os imperativos das ordens morais, especialmente quando a noção de risco se amplia de modo a acrescentar aos riscos pessoais as consequências dos produtos globalizados da moderna ciência e tecnologia. O risco, como perigo, torna-se progressivamente politizado. Há quem diga que o conceito de risco se tornou central na política por causa da preeminência do pensamento probabilístico na fase de realização plena da domesticação do futuro. Outros, entretanto, Mary Douglas entre eles (1992), argumentam que “o risco que se tornou conceito central nos debates sobre policy tem pouco a ver com cálculos probabilísticos (...) a palavra risco hoje significa perigo, alto risco significa muito perigo” (p. 24).

De acordo com Douglas, o cerne da mudança atual no sentido de risco é o debate incessante sobre responsabilização (*accountability*), através do qual o conceito de risco torna-se útil como recurso forense. Diz ela:

O novo sentido da palavra risco funciona porque pode ser fortemente viesado para a emancipação. O contexto de um compromisso compartilhado para com a emancipação distorce seu significado para referir-se somente a perigo. Enquanto originalmente um alto risco significava um jogo no qual

um lance de dados tinha uma forte probabilidade de grandes ganhos ou perdas, agora risco refere-se apenas aos resultados negativos. A palavra adquiriu antecipadamente o significado de riscos ruins. A promessa de coisas boas no discurso político contemporâneo se pauta por outros termos. A linguagem de risco é reservada como um registro léxico especializado para o discurso político sobre resultados indesejados. Risco é invocado para réplicas de estilo moderno contra abuso de poder. A acusação de causar risco é uma arma contra a autoridade, para fazer burocratas preguiçosos prestarem atenção, para pedir restituição para vítimas. Para estes fins, em outros tempos, a palavra correta teria sido perigo, mas perigo por si só não tem a aura de ciência ou permite a pretensão de um possível cálculo preciso. (pp. 24-25)

Dessa forma, como repertório linguístico usado para dar sentido aos eventos da vida cotidiana, risco é polissêmico. Esta viagem etimológica possibilita entender a linguagem dos novos aventureiros. Munidos de técnica e *know-how* para fazer frente aos obstáculos inevitáveis da aventura, não precisam apoiar-se nos sentidos metafóricos da fatalidade, fortuna ou mesmo da sorte. São personagens do cenário dos jogos: a aventura, como um jogo, requer planejamento e intuição. Abre-se à fala das chances, dos *hazards*, dos perigos e, sobretudo, da felicidade, da conquista dos desafios. Mas não deixa de ser uma modalidade de 'correr riscos' e para entender a ação — e não ficar apenas no plano das práticas discursivas — é preciso entender as novas conformações do risco na sociedade reflexiva.

Do risco probabilístico à sociedade de risco

O risco, vale lembrar, incorpora duas dimensões: a primeira refere-se à identidade entre o possível e o provável, aspectos que pressupõem alguma forma de apreender a regularidade dos fenômenos. A segunda refere-se à esfera dos valores: risco pressupõe colocar em jogo algo que é valorizado. Inevitavelmente, pois, a incorporação da noção como um dos aspectos fundantes da sensibilidade moderna foi fruto de transformações sociais e tecnológicas.

Quanto às *transformações sociais*, os contornos da sociedade de risco são definidos a partir de duas reorientações. A primeira poderia ser resumida como a progressiva laicização da sociedade e a segunda está associada às transformações nas relações econômicas e sociais que são resumidamente contempladas no que veio a ser chamado de capitalismo comercial. A perda de hegemonia da Igreja Católica e a ascensão do protestantismo nos países do Norte da Europa favoreceram uma forma de racionalidade condizente com a formatação da revolução científica. Já a abertura do

comércio favoreceu o desenvolvimento de novas estruturas políticas, incluindo aí a noção de soberania sobre territórios nacionais que levou à emergência dos Estados-nação.

Quanto às *transformações tecnológicas*, é a emergência da teoria da probabilidade o fator mais relevante para a formatação do conceito moderno de risco. Esta é uma história curiosa. Apesar das brilhantes realizações dos pensadores da Grécia Clássica e da civilização arábica, nenhum desses povos chegou a formular o conceito matemático de probabilidade. Aos gregos certamente faltava um sistema de notação numérica que permitisse o cálculo probabilístico; e aos árabes, após Maomé, muito provavelmente faltava uma filosofia capaz de pensar o futuro como passível de controle.

A emergência do pensamento probabilístico forneceu o terreno necessário para pensar os riscos como passíveis de gerenciamento. Foi necessário, para isso, que se adotasse, na Europa, um sistema de notação numérica que permitisse cálculos complexos. O sistema arábico, introduzido no século XIII na Itália por Fibonacci, serviu bem a essa causa. Mas não bastava um sistema de notações: passaram-se 400 anos antes que emergisse a teoria da probabilidade. Foi necessário ainda que ocorressem transformações internas, na esfera da epistemologia, que possibilitariam uma ressignificação do que era considerado como conhecimento legítimo, acatando a inferência como procedimento legítimo de conhecimento. Sem inferência, é óbvio, não seria possível uma teoria da probabilidade e seria impensável 'jogar' com o futuro.

Entretanto, a emergência da noção moderna de risco sustenta-se num movimento mais geral de crença na racionalidade humana. Esse eixo pontuará as relações sociais sobre risco por longos séculos. São os cálculos sobre risco que têm papel fundamental na formatação da moderna valorização da 'segurança'. Não é por acaso que o desenvolvimento das instituições seguradoras está colado à postura atuarial de coletar dados populacionais e ao cálculo de probabilidades em função das regularidades assim evidenciadas. A história desses desenvolvimentos é fascinante. Temos, de um lado, uma onda de interesse pelas estatísticas populacionais que, como um 'tsunami', atropela a Europa inteira: tabelas de mortalidade e morbidade tornam-se potentes instrumentos para os biopoderes aos quais se refere Michel Foucault (2008). São as estatísticas populacionais que possibilitam o fortalecimento das técnicas de governabilidade. Porém, de outro lado, são os imperativos comerciais, de definição das perdas e ganhos no comércio de além-mar, que darão impulso à tecnologia dos seguros. Do começo tímido de seguros marítimos, passando pelos seguros de vida, chegamos à posição atual em que tudo pode ser segurado: a saúde, o carro, a vida, e até mesmo as perdas, através dos resseguros.

Se, no caso dos seguros, a racionalidade prende-se à possibilidade de cálculo pela coleta cuidadosa de dados, na esfera dos comportamentos a racionalidade vai definir a valorização da postura de processador de informação que levará, mais modernamente, à valorização das ciências cognitivas. A arena da saúde, concebida agora não mais na perspectiva do gerenciamento dos riscos a nível das populações, mas como o *auto-gerenciamento*, constitui um excelente exemplo dessa nova mentalidade. É nessa esfera que se delineiam os contornos da educação em saúde e da postura prevencionista: provê-se a informação necessária para que as pessoas, como seres racionais, gerenciem seus comportamentos em busca da saúde plena. É nessa esfera que vemos emergir uma das mais potentes metáforas sobre os comportamentos frente ao risco: *correr riscos*.

Mas a racionalidade própria da esfera dos comportamentos frente aos riscos tem ainda seu apoio numa orientação política sobre a vida em sociedade: a filosofia liberal. Há um aspecto específico dessa teoria que é de particular interesse para o estudo dos riscos: o utilitarismo. Na acepção de Jeremy Bentham (1823), o utilitarismo é uma doutrina ética embasada no pressuposto de que *uma conduta será moralmente aprovável se promover o máximo de felicidade para o maior número possível de pessoas*. Por 'utilidade', Bentham entende as propriedades de um objeto que induzam vantagem, prazer, bem ou felicidade, ou, o que para ele dá na mesma, permitem evitar os males, a dor e a infelicidade. Bentham, em sua teoria utilitarista, focaliza utilidade tanto na perspectiva individual quanto na da comunidade. Mas vê a comunidade como uma soma de suas partes constitutivas: portanto, como uma soma de individualidades.

O utilitarismo de Bentham, como era então voga na Europa, estava embasado no pressuposto de que o principal motor da atividade humana é a busca de prazer e a fuga da dor. É essa forma de racionalidade que irá permear a teorização sobre o comportamento econômico na nascente disciplina Economia Política. A noção de utilidade, importada de um interessante personagem, Daniel Bernouilli (1738/1954), irá sustentar durante cerca de 250 anos a reflexão sobre o comportamento dos investidores, gerando o conceito de 'probabilidade subjetiva': o estudo sistemático das preferências e crenças que constituem o substrato da tomada de decisão sobre os riscos.

Nessa longa trajetória, o que emerge como herança é a ambivalência entre a positividade dos riscos, no cruzamento entre ousadia/aventura, e o imperativo da gestão dos riscos, seja na perspectiva da obrigatoriedade de precaver-se pelos seguros, seja na perspectiva da avaliação pessoal dos riscos. Vale lembrar, mais uma vez, que a teoria da probabilidade emerge no contexto dos jogos de azar. Pascal, Fermat e outros artífices dos cálculos de probabilidade buscavam solucionar problemas gerados pelos

jogos: como o gerenciamento das apostas no famoso caso do jogo interrompido de balla.

Essa dimensão de jogo, em que perda e ganho estão presentes, permanece, assim, como substrato importante da racionalidade do risco. Entretanto, essa é uma racionalidade presa à crença na regularidade dos eventos e, portanto, na possibilidade de definir, com certeza, as probabilidades de sua ocorrência. A principal transformação dos riscos, da modernidade clássica para a modernidade reflexiva, é justamente a realização de que os riscos modernos são pautados pela incerteza. À racionalidade da regularidade sobrepõe-se a perspectiva do caos.

Riscos na modernidade reflexiva

Emprego a expressão 'modernidade reflexiva' no contexto das teorizações feitas por Ulrich Beck (1993; 1998) sobre a vida na sociedade contemporânea. Beck utiliza uma periodização da modernidade que incorpora três estágios de desenvolvimento: a pré-modernidade, a modernidade clássica e a modernidade reflexiva.

A modernidade caracteriza-se sempre pela ruptura com a 'tradição' consagrada na pré-modernidade. A sociedade industrial, ou modernidade clássica, na acepção de Beck, dissolveu a estrutura feudal. A modernidade reflexiva, ou a sociedade de risco, na terminologia que Beck (1993) e Giddens (1991; 1998), entre outros, vem utilizando, começa a dissolver as estruturas da sociedade industrial. Assim, tal como na modernidade clássica, os privilégios de hierarquia baseados em herança ou em afiliações religiosas, típicas da pré-modernidade, passaram a ser paulatinamente desmistificados, o mesmo vem ocorrendo, hoje, em relação à compreensão da ciência e tecnologia prevalecente na sociedade industrial, assim como os modos de ser no trabalho, no lazer, na família e na sexualidade.

São muitos os exemplos dessas desmistificações. No que diz respeito à confiança na ciência como guardião da verdade e na tecnologia como sinônimo de progresso, há hoje uma vasta literatura. Há quem busque entender os pressupostos da ciência, instituídos na modernidade clássica, a partir de desconstruções epistemológicas. Há os que pautam seus questionamentos nas considerações sobre a imponderabilidade dos riscos decorrentes dos avanços tecnológicos. Já a desmistificação dos papéis socialmente instituídos na sociedade industrial -no trabalho, no lazer, na família e na sexualidade - passou a ser o 'pão nosso de cada dia' da mídia contemporânea. Reflexões sobre o desemprego e o novo perfil requerido para os que se aventuram no mercado de trabalho; o solapamento das especializações tradicionais; a participação das mulheres nas forças produtivas; o número de divórcios; as novas formações familiares em que

filhos começam a deixar de ser sua única razão de existência; e a demanda por legitimação de novas parcerias pautadas em opções sexuais nunca legitimadas na modernidade clássica - casamentos entre homens e entre mulheres, por exemplo - são hoje, todas elas, matérias privilegiadas na comunicação midiática.

Dissolver, entretanto, não significa erradicar. Beck tem uma posição extremamente interessante sobre as relações de gênero na sociedade industrial, propondo que estas constituem o substrato feudal que torna possível o sucesso da sociedade industrial. Em outras palavras, uma estrutura social de relações de gênero que mantém a mulher em casa, fora da esfera produtiva, responsável pela reprodução e pela manutenção do bem-estar emocional da unidade familiar. É de supor, portanto, que certas estruturas próprias da modernidade clássica — como a estrutura de classes — também se manterão como organizadores das relações sociais na modernidade reflexiva.

Zygmunt Bauman (1998), ao refletir sobre as novas formas da espacialização na sociedade globalizada, em ensaio sobre as conseqüências humanas da globalização, comenta que a desterritorialização não é igualmente distribuída. A desterritorialização do espaço atinge, sem dúvida, as elites, seja pela progressiva facilitação do deslocamento, seja pelas modalidades de gerenciamento que não estão mais confinadas a espaços locais: veja-se o exemplo das multinacionais; mas veja-se também a desterritorialização do poder político! Cria, porém, uma nova casta de excluídos: aqueles para quem a mobilidade não é possível e que não têm acesso à desterritorialização via cyberspace.

Assim, enquanto para as elites a desterritorialização própria da globalização é um fator de emancipação, para outros — aqueles que se vêem excluídos da cultura da mobilidade (física, espacial ou informática) — os espaços locais são progressivamente solapados. Bauman faz um retrato interessante das transformações ocorridas nos espaços locais numa sociedade em que a comunicação desterritorializada gerou um fechamento dos espaços públicos, seja por desuso, seja pela crescente necessidade de segurança em uma sociedade que cria abismos cada vez maiores entre suas elites e os excluídos. O compartilhamento de espaços: a rua, a praça, por exemplo, passa a ser um fator de risco. A segurança propicia uma redefinição desses espaços: em vez de transeuntes nas ruas, temos carros de janelas fechadas, portas trancadas e ar-condicionado; em vez das praças e do tradicional *footing*, temos hoje as praças dentro de *shoppings*, onde abundam os seguranças.

As características da sociedade de risco

A modernidade reflexiva é, por definição, uma *sociedade de risco*. Para Beck, assim como para Giddens, o conceito de risco está diretamente relacionado ao conceito de modernidade reflexiva. Riscos, diz Beck (1993, p. 21), *são formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização*. Esses novos riscos são riscos fabricados — *manufactured risks*, na terminologia de Giddens. Claro que havia riscos anteriormente. Havia riscos antes mesmo que a palavra risco passasse a existir nos léxicos. Mas os riscos de antigamente eram riscos pessoais. Por isso mesmo gerou-se a conotação de aventura e ousadia. Já os riscos na sociedade reflexiva extrapolam as realidades individuais e até mesmo as fronteiras territoriais e temporais. Produzidos numa região, podem afetar, e continuamente o fazem, outras regiões. Uma nuvem radioativa, decorrente de um acidente nuclear — como aconteceu em Chernobyl —, não fica comportadamente imóvel em cima do local do acidente; a contaminação do mar por mercúrio espalha-se com as correntes marítimas. São riscos que extrapolam também as fronteiras temporais: não apenas nós, mas as gerações futuras estão 'em risco'.

Na modernidade clássica havia também riscos que afetavam as coletividades, mas de maneira geral eles eram produto do parco suprimento de algo: por exemplo, da falta de tecnologias de higienização que propiciava o surgimento de epidemias. Hoje, nos dizem os teóricos do risco, estes decorrem sobretudo dos excessos de produção industrial: os poluentes variados que causam rombos na camada de ozônio, por exemplo.

Quais são então as características da sociedade de risco?

Primeiramente, a *globalização*. Globalização, na perspectiva de Giddens, refere-se à interseção da presença e da ausência. Refere-se, sobretudo, *ao entrelaçamento de eventos sociais e relações sociais que estão à distância de contextos locais* (Giddens, 1991, p. 21). Essa articulação de relações sociais, atravessando vastas fronteiras de tempo e espaço, torna-se possível porque o movimento — de pessoas, produtos e informação — passou a ser facilitado pelos avanços nos meios de transporte. Mas não é essa a marca registrada da globalização. Sua condição *sine qua non* são os desenvolvimentos na mídia eletrônica.

A segunda característica da sociedade de risco é a *individualização*. Ou, melhor dizendo, uma forma singular de individualização, visto que, como afirmávamos anteriormente, a ética liberal — sustentáculo da modernidade clássica — é, por definição, pautada pelo individualismo. O processo de individualização a que Beck se

refere concerne à destraditionalização; ou seja, a libertação dos grilhões da tradição. Beck (1993) defende essa tese a partir de sete argumentos:

1. A destraditionalização implica um processo que substitui biografias pautadas pela inserção em classe por biografias reflexivas que dependem das decisões do ator;
2. A individualização da existência implica a diversidade de estilos de vida opondo-se, assim, à estrutura de classes típica da sociedade industrial. Isso gera a contradição de estarmos continuamente confrontados com um capitalismo sem classes, mas que mantém desigualdades sociais com todos os problemas sociais e políticos a elas associados;
3. A ruptura da estrutura de classes está intimamente associada ao desemprego (ou à predominância do emprego informal). A cultura de classes, típica da modernidade clássica, não fornece as possibilidades de sentido para essa nova forma de inserção social. Como consequência, os problemas relacionados ao sistema perdem sua dimensão política e transformam-se em fracassos pessoais;
4. A libertação da estratificação social em classes tem uma contrapartida na libertação da estrutura de gênero, dando lugar às 'famílias negociadas';
5. Esse aspecto põe em evidência uma contradição intrínseca à sociedade industrial: na esfera das relações de gênero ela é tanto industrial como feudal. À medida que a sociedade industrial triunfa, ela promove a dissolução de sua moralidade familiar, dos destinos vinculados aos posicionamentos estanques de gênero, aos tabus relacionados à sexualidade e até mesmo à crescente reunificação entre domesticidade e trabalho remunerado. Tais contradições emergem da divisão dos princípios indivisíveis da liberdade individual e da igualdade, e sua inscrição em apenas um gênero, definido no momento do nascimento;
6. Isso remete à característica mais marcante do processo de individualização: as biografias adquirem um projeto reflexivo à medida que os indivíduos se tornam as unidades reprodutivas do social no mundo vivido. Dito de outra forma, com o colapso das classes e da família como unidade estável da sociedade, os indivíduos se tornam agentes de sua subsistência, sendo responsáveis por seu planejamento e organização: as biografias tornam-se reflexivas;
7. Isso dá lugar a novos movimentos sociais que são a expressão das novas situações de risco na sociedade de risco, mas que são, também, resultantes da busca de identidades sociais e pessoais e da busca de sentido de ser no mundo numa cultura destraditionalizada.

Finalmente, a terceira e última característica da sociedade de risco é a *reflexividade*, ou seja: “a suscetibilidade da maior parte dos aspectos da atividade social, à revisão crônica à luz de novas informações ou conhecimentos” (Giddens, 1991, p. 20). Nada mais característico da reflexividade da sociedade de risco do que a atitude corrente frente à ciência. A ciência, nos diz Beck, está se tornando humana: passou a ser sujeita a erros.

Esse processo de reflexivização da ciência passou por dois estágios. Num primeiro momento, ocorreu uma modernização da tradição, abrindo-se a possibilidade de aplicação do método científico à natureza, às pessoas e à sociedade. Num segundo momento, ocorreu a modernização reflexiva, na medida em que a ciência passou a ser confrontada com seus próprios produtos, defeitos e problemas secundários. A transição para a modernização reflexiva deu-se, num primeiro momento, de dentro da própria ciência: os agentes da ruptura foram os discípulos da aplicação crítica dos métodos da ciência à própria ciência. Mas diríamos que, num segundo momento, a reflexividade sai do âmbito da crítica pelos pares para tornar-se um movimento social voltado à análise das aplicações práticas da ciência.

É nessa perspectiva que a crítica à ciência passou a pautar-se pela reflexão ética. O horror suscitado pelas experiências nazistas em pesquisa com seres humanos, os usos da tecnologia para fins bélicos e a crescente consciência de que a bomba atômica não é uma arma passível de controle racional levaram a acordos multilaterais para a regulação da pesquisa. Nada mais ilustrativo do que os códigos de ética para pesquisa em seres humanos, iniciando com o Código de Nuremberg — elaborado em 1947 — e aperfeiçoados nas várias revisões das Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS). Isso nos leva ao último tópico desta reflexão sobre os fundamentos do risco na modernidade reflexiva: a regulação dos riscos na sociedade de risco.

A centralidade da regulação na sociedade de risco

Beck costuma afirmar que a problemática central na modernidade clássica era a distribuição da riqueza, enquanto na sociedade reflexiva a problemática passou a ser a distribuição dos riscos. Assim, enquanto a igualdade era a palavra-chave da modernidade clássica, a força motivadora da sociedade de risco é a segurança. Segurança no contexto de riscos imensuráveis e despersonalizados. Diante disso, não causa espanto a proliferação de agências governamentais reguladoras de riscos. Para cada risco, cria-se a necessidade de avaliação e regulação, e a conseqüente contratação de especialistas e de comissões técnicas responsáveis pela avaliação dos riscos. Cria-se

um *know-how* com seus concomitantes: centros de pesquisa, associações científicas, periódicos especializados.

Mas avaliar riscos depende intrinsecamente da definição do que vem a ser risco. Abre-se, assim, um campo fértil de investigação sobre a percepção do risco que congrega psicólogos cognitivistas, sociólogos e antropólogos da linha cultural. Abre-se, sobretudo, o debate entre as vertentes tecnicistas e culturalistas. Morre, nesse debate, o sonho racionalista de riscos objetivamente avaliados, diante do golpe mortal da aceitação de que os riscos implicam valores: *risco é a possibilidade de perda de algo que tem valor para nós*.

Diante do caráter globalizado dos riscos na modernidade reflexiva; diante da vulnerabilização de todos nós, com a consequente desresponsabilização dos comportamentos individuais, que posições de sujeito ficam abertas a nós?

Minha resposta, coerente com o enquadre teórico da produção de sentido (Spink, 1999), é que os riscos na modernidade reflexiva têm um caráter cumulativo: concordo que há riscos específicos decorrentes dos imponderáveis da ciência e tecnologia; concordo também que a segurança, mais do que a igualdade, tornou-se o valor base da sociedade contemporânea, seja a segurança pensada no plano individual, seja no plano político. Mas creio que os riscos, ou a consciência dos riscos, são cumulativos. Os novos riscos acrescem-se aos antigos gerando uma polissemia de sentidos e de posições de sujeito. Há riscos que assumimos individualmente, comportando-nos com base na racionalidade clássica: valorizamos positivamente a ousadia que nos leva a encarar certos riscos e confiamos na informação e na capacidade racional de avaliar os riscos para sobreviver a eles. O exemplo prototípico são os esportes radicais. A regulação, nesse nível, continua sendo mínima, valendo a lógica dos seguros: dá para segurar qualquer coisa nos dias de hoje, mas o preço será condizente com a probabilidade de o evento acontecer e com o valor social do objeto assegurado.

Há riscos que corremos inadvertidamente. São riscos individualmente assumidos, mas com o respaldo de uma teoria de direitos de cidadania. Cabem aqui os riscos decorrentes de nosso posicionamento como consumidores. Nessa esfera, o Estado assume a intermediação através de leis protetoras do consumidor e de estruturas de intermediação entre o consumidor e o produtor.

Finalmente, há os riscos imponderáveis. Ficamos aqui à mercê da regulação pela esfera pública. Não seremos nós a acionar o Estado pelos efeitos radioativos na nossa prole, pois não é fácil demonstrar a cadeia causal. Nessa esfera de ação nós somos vulneráveis: estamos 'em risco', queiramos ou não. Mas vulnerabilidade não implica

passividade. É nessa esfera que se delineiam os novos movimentos sociais: por exemplo, os ecologistas.

Retomando o suor, os arranhões e, por que não? os diamantes: o papel das aventuras na sociedade de risco

O risco, na sociedade reflexiva, assume, pois, uma multiplicidade de aspectos resultantes das transformações ocorridas durante sua trajetória como um dos elementos nuclearizadores do sentido da existência e das relações sociais nos diferentes momentos de sua história. Incorpora, nessa trajetória, repertórios específicos advindos dos diferentes domínios do saber nos quais se fez mister conceituá-lo — seguros, investimentos, saúde, tecnologia, por exemplo — e dos diferentes usos sociais a que se prestou. Dessa forma, o risco, entendido como repertório interpretativo para produção de sentido na vida cotidiana, é tanto uma nova figura desenhada no âmbito de uma configuração social específica — a sociedade de risco — como uma janela para o passado. É nesse jogo entre as permanências culturais e a inovação que poderá ser melhor compreendido.

Também as novas aventuras constituem um cenário em que a tradição e a novidade se entrecruzam. Na perspectiva da tradição, as aventuras guardam traços de ritos ordálicos. Óbvio que, há muito, o ordálio perdeu sua ancoragem em práticas judiciárias. Mas retém destas o aspecto de 'rito do destino'. Tem, ainda, inscrição na exaltação dos sentidos, elemento que emerge nas biografias de tantos exploradores-aventureiros do passado. Prende-se, assim, como procuramos mostrar, ao vocabulário do perigo, dos *hazard*, e até mesmo da sorte e da fortuna.

Como inovação, essas novas aventuras se constituem como práticas sociais bastante distintas. Falamos, aqui, mais especificamente das provas que passam a ser organizadas a partir dos anos oitenta⁵ e que assumem contornos empresariais: uma indústria florescente que movimenta patrocinadores, produtores de equipamentos sofisticados, seguros especializados e mídia. É nessa perspectiva que a relação entre risco e (novas) aventuras precisa ser compreendida.

São três os aspectos que queremos destacar. *Primeiramente*, que não se trata de um *revival*; de uma mera re-valorização saudosista do passado, numa configuração social que exacerba a segurança. A segurança, a bem dizer, é parte intrínseca da organização desses eventos, operacionalizada em apólices de seguro bem como nos

⁵ Por exemplo: Paris-Dakar teve início em 1979; Camel Trophy, em 1980; Raid-Gauloise, em 1989; e Eco-Challenge, em 1992.

sofisticados preparativos: treinamento, equipamento, organização, regras, etc. Como aponta Le Breton, *o risco calculado do aventureiro tradicional torna-se o cálculo dos riscos do novo aventureiro* (p. 143). Os cálculos são necessários para manter fluído toda a organização complexa que cerca esses eventos, da definição do terreno de modo a atrair patrocinadores, passando pela escolha cuidadosa de datas para favorecer a presença da mídia, até o risco controlado de modo a não exorbitar a tolerância do espectador. A midiaticização traz à baila também o aspecto dos comportamentos politicamente corretos: o espírito de equipe, a sensibilidade às questões de gênero⁶ e, sobretudo, a onipresença da consciência ecológica que se faz evidente tanto pela escolha dos locais para realização das provas, como pelo cuidado com o terreno por onde passam os competidores. Mais uma vez apoiamo-nos em Le Breton,

O manifesto do neo-aventureiro tem uma fórmula breve: 'Eu o faço para me conhecer, descobrir meus limites'. Medir-se corpo a corpo com a natureza, com o risco de morte, esse é o objetivo. Não se trata de ir ao mundo, ou buscar a alteridade dos modos de vida ou de paisagens distantes, mas de fazer vir a si o mundo de modo a testar sua coragem, sua resistência ou sua força física. E fazer valer a seguir sua performance. A nova aventura é uma ecologia a minimum mais do que uma etnografia ou uma antropologia. (p. 147)

O *segundo aspecto* que gostaríamos de destacar é que essas provas constituem a revanche do 'homem médio'. Os aventureiros tradicionais freqüentemente pertenciam às elites; já os novos aventureiros desvestem-se de qualquer excepcionalidade. São pessoas 'normais' que desenvolvem atividades 'normais'. Nem ao menos são necessariamente jovens, embora a juventude seja fator importante numa modalidade específica de aventura: os esportes radicais. Na coletiva de imprensa de encerramento da Eco-Challenge de 1997, um repórter perguntou: "O que poderiam as pessoas normais aprender com a provação sobre-humana da Eco-Challenge?" A pergunta surpreendeu Keith Murray, membro da equipe vencedora. Disse ele: "As pessoas não deveriam ficar desencorajadas pelo esforço desmedido do que fizemos (...) somos apenas pessoas normais, com empregos normais e famílias normais" (Mueller, 1998, p. 79).

Essa colocação pode ser melhor entendida a partir do **terceiro aspecto** que gostaríamos de destacar: a busca de sentido para a existência, na abertura ao risco. Esse é, talvez, o aspecto mais central para a compreensão da relação entre risco e aventura na modernidade reflexiva. As novas aventuras propiciam alguma forma de enraizamento numa sociedade pautada pelos processos de individualização e de

⁶ Faz parte das regras da Eco-Challenge a inclusão de pelo menos uma mulher em cada equipe, por exemplo.

destradiconalização. Diferentes autores expressam essa dimensão de formas diferentes; mas todas são confluentes. Como buscamos discutir anteriormente, a destradiconalização implica um processo que substitui biografias pautadas pela inserção em classes por biografias que dependem das decisões do autor. Isso provoca continuadas opções frente à diversidade de estilos de vida hoje disponíveis. Nas palavras de Le Breton:

Os atores não se sentem mais sustentados por sua comunidade de pertença, eles não estão em revolta contra ela; frequentemente até ignoram que são estas lacunas que os projetam a uma busca pessoal aleatória. O comportamento de risco ou ordálio significa, pois, uma busca individual de identidade, ou de confirmação de si, através da brutalidade do enfrentamento imediato da morte. (p. 63)

Implica, também, definir identidades de modo a fazer frente aos discursos de catástrofe, tão típicos da modernidade reflexiva. Sendo gerados pela aguçada percepção de que o futuro, diante da complexidade dos riscos reais resultantes das novas tecnologias, escapa de qualquer previsão, esses discursos clamam por um sentido para a existência que permita escapar da atração da quarta figura ordálica proposta por Le Breton: *la blancheur* — o esmaecimento dos sentidos no doce abandono às drogas, ao álcool ou à errância sem fim. Correr riscos assume assim a positividade da energia e das emoções que fazem emergir o sentido da existência.

Ressurge, dessa forma, a velha figura do risco como possibilidade de crescimento pessoal — figura antiga, mas nem por isso desgastada, que volta a circular nas práticas discursivas ciclicamente. Concluimos sugerindo que a ambivalência do risco — como possibilidade de ganho e perda — atua à moda da figura e do fundo nos estudos de percepção desenvolvidos pela Gestalt. O que vem a ser figura e o que vem a ser fundo depende do foco adotado. No caso do risco, diríamos que o foco é definido pelas configurações da sociedade em diferentes momentos: há momentos (ou domínios) em que correr riscos passa a ser comportamento eminentemente negativo e outros em que a positividade do risco pode encontrar ressonância nas práticas sociais. Sob a égide do higienismo, no início do século, correr riscos era sinônimo de ignorância. Também durante um breve período após a Grande Guerra, quando a racionalidade ainda era valor hegemônico, correr riscos ganhava a marca da irracionalidade. Já nos anos sessenta, com os movimentos de liberação política e pessoal, a positividade do risco pôde mais uma vez emergir. Permeou, por exemplo, o pensamento na educação — como na perspectiva de Paulo Freire (1974) — e na psicologia — nas vertentes humanistas fortemente influenciadas por Abraham Maslow (1968). As novas aventuras

parecem ser herdeiras da positividade, mesmo se configuradas à sombra dos riscos incomensuráveis da sociedade de risco.

Referências

- Bauman, Zygmunt (1998). *Globalization: the human consequences*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Beck, Ulrich (1993). *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage.
- Beck, Ulrich (1998). Politics of Risk Society. In: Jane Franklin (Ed.), *The Politics of Risk Society* (pp. 9-34). Cambridge: Polity Press.
- Bentham, Jeremy (1823). *An introduction to the principles of morals and legislation*. London: W. Pickering.
- Bernouilli, Daniel (1738/1954). Exposition of a new theory on the measurement of risk. *Econometrica*, 22, 23-36.
- Bernstein, Peter L. (1997). *Desafio aos Deuses* (tradução de Ivo Korytowski). Rio de Janeiro: Campus.
- Douglas, Mary (1992). *Risk and Blame: essays in cultural theory*. London: Routledge.
- Foucault, Michel (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, Paulo (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and Self-identity*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony (1998). Risk Society: The Context of British Politics. In: Jane Franklin (Ed.), *The Politics of Risk Society* (pp. 23-49). Cambridge: Polity Press.
- Le Breton, David (1996). *Passions du Risque*. 3ª ed. Paris: Éditions Métailié.
- Maslow, Abraham H. (1968). *Towards a Psychology of Being*. Toronto, Ca.: D. Van Nostrand Company, Inc.
- Mueller, Tom (1998, abril). Eco-Trippers. *Hemispheres Magazine*.
- Spink, Mary Jane P. (Org.) (1999). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. São Paulo: Cortez.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)